

PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA: TEORIA, ESCRITA E INTERDISCIPLINARIDADE*

Antônio Jorge Siqueira**

Cidadão brasileiro, servidor público, tenho um compromisso com a construção da cidadania plena, no país, e faço de minha função pública, na qualidade de professor universitário, uma trincheira na luta pela saúde civil desta formação social excludente, autoritária e oligárquica. Queria lhes dizer que sou grato pelo convite de comparecer hoje a esta Casa para, juntamente com os professores Rosa Godoy e Durval Muniz, integrar esta mesa redonda. Espero ser merecedor da confiança que se nutre nesta nossa convivência, já a esta altura madura e sobretudo prazerosa, ao menos para mim.

O tema que me foi proposto desenvolver neste simpósio intitula-se: "A prática historiográfica: teoria, escrita e interdisciplinaridade". Pretendo balizar a minha reflexão, aqui, agora, com o tema de meus atuais compromissos políticos e investimentos acadêmicos nas áreas do ensino e da pesquisa histórica, a saber: autonomia e identidade, seja dos grupos, seja dos sujeitos. Este balizamento temático, por sua vez, vincula-se ao período histórico da ascensão burguesa através da Revolução, na medida em que a ruptura com o Absolutismo inaugura um período fértil de liberdades e conquistas da pessoa humana, a começar pelos direitos do indivíduo, tão caros ao ideal liberal clássico. Nem por isto deixa de ser, também, um período pródigo de práticas históricas restritivas às liberdades democráticas, na medida em que o coletivo, particularmente o democrático, amedronta um liberal pela suposta ameaça que este

* Comunicação apresentada na abertura do Forum do Historiador do DH/UFPE, nov. 1995.

** Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História Social pela USP.

representaria para os direitos individuais. Que o digam B. Constant e especialmente A. Tocqueville.

É sabido que a Revolução Francesa assinala um processo fundante de ruptura com o Antigo Regime e instaura a modernidade política. Na economia do poder se prenuncia a passagem da heteronomia para a autonomia. Esta passagem perpassa outros momentos fulcrais de descontinuidades históricas, após a própria Revolução, marcantes na refundação de novas estruturas de poder e de suas representações pelas comunidades nacionais e pelos atores. Tal como se deu, por exemplo, no Brasil, a partir da década de 20 deste século. Na questão da ascensão burguesa é difícil precisar quando se desencadeou este processo ou quando ele se apresentou como momento definidor, como *kairos*; mas, sem dúvida, a Revolução é emblemática da instauração dos símbolos que viabilizarão a nova representação fundante da autonomia, em substituição aos emblemas da antiga ordem heteronômica.

Não pretendo passar a história em revista. Reporto-me, entretanto, a alguns casos recorrentes da experiência histórica, em períodos determinados e emblemáticos do esforço de construção e delimitação do espaço identitário. Em sendo emblemático, torna-se significativo para a elucidação e explicitação do tema. Chamo a atenção, por exemplo, para a experiência grega na construção de sua identidade civilizatória, instituindo uma memória coletiva, em substituição àquela de caráter individual; do mesmo modo que, ainda entre os helenos, a história substituirá a memória escrita, transformando-a sem destruí-la. Os gregos têm uma relação significativa com a história no sentido de cultivo e de preservação da memória.¹ Sua história, dentre outras de suas características atrela, de modo particular, o instituto da comemoração^(*) e que será lugar

¹ Veja-se, por exemplo, a instituição do *mnémon* (lembança, testemunho) e *mnémones* (juizes da memória) que, com a escrita, se transformam em *arquivistas*. Com o passar do tempo, erigiram *Mnémosine* como deusa da memória.

^(*) Utilizado aqui no sentido latino de "co-memorare".

comum no desenvolvimento ulterior da historiografia, até como recorrência deste experienciar, em termos de saber e prática historiográficos. Não sendo deuses, porém invejando-os na sua condição de imortais, o homem grego buscava eternizar-se nas obras, nos feitos e na perfeição como estas obras seriam executadas. Daí sua obsessiva busca da excelência. Para eles, "comemorar" é muito mais que "rememorar". No rito da "comemoração" instaura-se a representação das origens. Na "comemoração" o grupo se reconhece. A "rememoração" não relembra necessariamente algo fundante e definidor das origens. A "comemoração", ao contrário, é mítica, ou seja, identifica, refunda, torna instituinte o que é instituído, usando a terminologia castoriadiana. Através da "comemoração" a história recupera este caráter de narrativa fundante/refundante de um espaço identitário e tensionante, porque comemorativo, posto que se constrói em confronto com outras identidades civilizatórias ameaçadoras. Agrega conflito de forças, portanto. O vocábulo "*historein*" em grego clássico significa "*procurar/saber/informar-se*". É assim que Heródoto o usa em suas **Histórias**: investigação/procura/busca. Trata-se, em primeiro plano, de uma concepção de história ligada à idéia de civilização. Portanto, assinala uma conotação etnocêntrica que, neste caso, fará a distinção entre gregos e bárbaros. Assim, Heródoto, em sua prática historiográfica, tem seu olhar de etnólogo voltado para líbios, egípcios, citas e persas. Delimita as fronteiras geo-históricas preservadoras da sua identidade: de um lado civilizados, de outro, os outros, os bárbaros. Se esta delimitação civilizatória não for preservada eficazmente, a morte do grupo se prenuncia.

Esta vivência histórica grega sinaliza uma estreita relação entre história e política. A oposição aos bárbaros é também uma maneira de exaltar a cidade. É antes de tudo o louvor impregnado de uma mentalidade orfística que caracteriza tanto a produção de um saber filosófico, quanto de uma percepção

poética^(*) que plasma o imaginário coletivo grego de progresso técnico, por exemplo. A cidade, pois, é um emblema da vivência histórica na preservação da identidade dos gregos. A partir um certo tempo, a invenção da política veio preencher a distância que se intercalava entre o indivíduo, -- tomado no seu espaço doméstico -- e o coletivo; entre o privado e o público, nesta sobrevivência da identidade. A democracia, enquanto invenção grega, era uma forma específica de governo que, politicamente, exercitava a conciliação no dissenso, a convergência nas diferenças. Como dirá, Le Goff, entre os gregos, “quando desapareceu a idéia de cidade também desapareceu a essência da historicidade”².

Esta perspectiva também será marcante no ideal romano de mentalidade histórica, transmitida por Políbio, um mestre grego entre romanos e que atrelava a dilatação do conceito de cidade à vigência do imperialismo romano, afrontando os bárbaros e cultivando a nostalgia do costume dos antepassados. Como se pode perceber, a historicidade ocidental deixou-se plasmar pela exercitação do poder e a definição da identidade, onde estes constituirão elementos basilares de uma diacronia civilizatória, grega ou romana, moderna ou contemporânea. O cristianismo é um belo exemplo disto, mais ainda pela maneira como instaurou esta desconstrução civilizatória apolínea, no caso grego, dionisiaca, no caso romano.

O que há de mais contundente, na estratégia cristã-ocidental, é a ruptura na maneira de escandir, balizar e conceber o tempo histórico, redimensionando a concepção de autonomia e da identidade. Através do cristianismo implodia-se uma diacronia civilizatória, pontilhando uma nova memória, uma nova economia de tempos, uma nova “razão *co-memorativa*”. Tempo da criação, início de um novo tempo, redefinindo os

(*) Entendido, aqui, no sentido grego de “*poiein*” que, segundo Aristóteles, não significa apenas a arte de fazer versos...

² Cf. Le Goff, Jacques. “História”, Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

conceitos de prazer e de trabalho; instituição da mundividência do pecado e, conseqüentemente, uma ética de resgate, uma economia de redenção. Finalmente, na própria novidade, pronuncia-se o fim dos tempos, introduzindo a escatologia ou o Juízo Final. Instaura-se, assim, uma nova estratégia de definição da **identidade** e delimitação da **autonomia**. Implosão e reinvenção de temporalidades, agora linear -- Cristo é Alfa e Omega -- substituindo o tempo cíclico, suplantando a perspectiva do eterno retorno. Prevalece a **mítica** figuração do Corpo Místico de Cristo que será o emblema das realezas e que permeará os símbolos e a representação do poder monárquico e absolutista. Estamos, portanto, com o cristianismo - até o Renascimento - redefinindo, reinventando os novos balizamentos civilizatórios e identitários, agora plantados nos marcos da mundividência de cristandade.

Neste clima que tanto impregnou nossa visão de mundo euro-ocidental, estamos à vontade para definir o papel da política, na trama dos poderes natural/sobrenatural. Lembrando inclusive a pouca importância que se deu à política, supervalorizando o político. Na definição de quem é quem, os bárbaros, agora sinônimos de infiéis, serão os excluídos da aliança entre a mitra e o trono, excomungados⁽¹⁾ do corpo místico de Cristo, que, historicamente significava a Igreja, o Papa, o Imperador, o Rei, o Príncipe... A história então se esclerosou nesta mesmice de desencanto do mundo. A "comemoração", mais uma vez, se voltava para as origens agora evocadas na materialidade dos templos e nas figuras esqueléticas e incapacitadas de representar seja a origem fundante, seja a encarnação ou a própria salvação. Medrou-se na condição humana de corrupção e de mediocridade, buscando origens e genealogias familiares. Afinal, a família garantia e ampliava o espaço de poder. A política se "domesticava". Ao final da Idade Média, a história se resumia a estórias... das genealogias

⁽¹⁾ O vocábulo latino é "ex-communiconis", ou seja, "fora da comunhão/da aliança"
Saeculum II: Jul/Dez/1996

familiares, das beatitudes e, pouco a pouco evoluía para aquilo que, um pouco mais à frente, reproduziria o espaço doméstico que será o burgo, essa horrenda figuração do espaço urbano medieval. A identidade, pois, passava pelo círculo concêntrico da família cujo chefe, despoticamente, legitimava tudo, inclusive o próprio nome das pessoas. Histórias, genealogias, apologias, elogios... O que Maquiavel escreverá sobre Florença é um belo exemplo de redefinição do que estamos falando, nesta concepção de história/memória balizada pela nova concepção de identidade e do poder. Até porque cidades-estado como Veneza, Amsterdã, Florença e Marselha são exceções e escapam a este imperialismo de cristandade. Giordano Bruno, também ele, será elucidativo desta exceção/redefinição.

No Renascimento assinala-se a idéia de uma história nova, global, com importantes progressos no método e na crítica. Ela parte em busca do homem, do humanismo e de uma ética fundante da nova ordem de inspiração e legitimação. É a história “co-memorativa” de uma outra memória, agora cúmplice do homem e comprometida com a crítica e a multiplicidade³. Como, mais uma vez, dirá Le Goff, “os europeus do Renascimento reencontram o processo seguido por Heródoto e estendem aos índios um espelho no qual se olham a si próprios”⁴. Os descobrimentos deram ao europeu a sensação de um mundo bifurcado em dois, a partir do que eles viviam naquele momento: o da tradição grega clássica, velho, porém investido de um charme irresistível e o dos descobrimentos, novo, no entanto carregado de fascínio e incertezas. Ficaram nesta tensão entre o velho e o novo. A história veio à tona e com muita força, nesta dialética entre pluralidades de tempo, especialmente entre passado e futuro. Este encantamento com a

³ Evoca-se, aqui, no transcurso dos séc. XVI e XVII os fenômenos da descoberta e colonização do Novo Mundo. A contribuição de Natan Wachtel, em *La vision des vaincus* é importante para realçar as descontinuidades da construção histórica, incluindo o ponto de vista dos vencidos na tessitura da narrativa histórica.

⁴ Cf. Le Goff, Jacques, *op. cit.*, p. 194.

diacronia continuará, na medida em que há uma apaixonada promoção da história, nos séculos XVIII e XIX.

O Iluminismo e a Revolução terão na história um espaço de redescoberta e afirmação do homem, bem como uma arma contra o fanatismo e a velha ordem clericalista. Sob inspiração e por conta da burguesia triunfante emergem as noções de classe social, democracia e sentimento nacionais, associados ao de pátria, nova *Mnémosine* do ideário libertador. O conhecimento passa a ser instrumento de controle social, estratégia de previsão, portanto, fonte de poder. A história deixa de ser mera narrativa e passa a ser uma disciplina que será ensinada nas escolas. Voltaire, em suas *Nouvelles Considérations sur l'Histoire*, já defendia uma história total, dos homens, de todos os homens e não só dos reis e dos grandes. Logo nas primeiras décadas deste século, Ernst Lavisse afirmava que o ensino da história estaria atrelado ao dever de fazer amar e compreender a pátria, como se viu, essa nova deusa da revolução. Sob inspiração do racionalismo filosófico, foi a Revolução Francesa que impulsionou o ensino da história e foram os progressos deste ensino nos níveis primário, secundário e superior que asseguraram às massas a difusão de uma cultura histórica⁵. Aqui nascem os compêndios escolares. A burguesia ascendente rompera a camisa de força da *leitura de escuta*, de caráter obrigatório, conforme nos ensina R. Darnton, para universalizá-la no horizonte infinito da criação individual. A partir do começo do século XIX, implodiram os espaços do intimismo familiar/elesiástico, dando lugar a novos tipos de livros, novelas, jornais, variedades recentes e alegres de literatura infantil que eram lidos avidamente e descartados, assim que se pudesse encontrar outra coisa. Novos espaços de leitura se

⁵ No caso da França é ilustrativo o empenho do poder público em matéria de equipamentos de natureza de geração, preservação e transmissão dos saberes ligados à memória e à história. Segundo J. Le Goff, "... a Revolução e o Império criam os Arquivos Nacionais. (...) A Restauração criou a Ecole de Chartres, em 1821, destinada a preparar um corpo especializado de arquivistas que seriam mais historiadores que administradores.(...) Em 1868 é criada a Ecole Pratique de Hautes Etudes, célebre por sua erudição histórica" Le Goff, J. *op. cit.* p. 231.

multiplicam na consciência desta explosão dos direitos individuais. Os *cabinets littéraires* substituem as *veillées* francesas e as novas *Lesegesellschaft* aparecem ocupando os espaços das antigas *Spinstubes* alemãs. Marlies Prüsener identificou, em 1800, mais de 400 destas sociedades de leituras alemãs que prenunciariam os futuros *Kafees*, se bem que, em 1760, já existisse em Viena, quase uma centenas deles. Neles se liam jornais, revistas, discutia-se política e foram moda em Londres e Amsterdã. No momento deste embalo da ascensão burguesa, definitivamente, estava-se de posse da palavra. Ensaíavam definir sua identidade e decliná-la diante de quem quer que fosse, falando pela própria boca. A história estaria se redefinindo num novo espaço social e através de novas condições e motivações para a sua instituição. É o espaço da modernidade do conhecimento, da economia e da política. Uma nova memória está em marcha. Há algo de novo para se “comemorar”: a nação, que se chamará pátria, nova deusa a povoar o Olimpo burguês. A *Marseillaise* traduzirá muito bem este entusiasmo e estado de espírito. Pela universalização da leitura, alargava-se o universo das palavras e as possibilidades de sua codificação/decodificação.

O ensino e as publicações irão institucionalizar uma união entre a história e a erudição. A Europa se preparava para uma outra revolução, agora técnica, industrial. As mais visíveis e profundas transformações iniciadas no séc. XIX e que nos afetam até hoje estarão ligadas à revolução industrial e, na sua esteira, àquelas que se atrelam a um imaginário econômico, propiciando invenções, aumentando o poder do homem sobre a natureza e a matéria, ensejando a emergência de uma terceira revolução, a da atual eletrônica/microeletrônica. Estas revoluções suscitam novas formas de atividade profissional, modificando as relações e condições de trabalho, originando novos tipos de atores sociais. Novas questões em torno da autonomia e da identidade. Um patronato diferente do manufaturista do século XVIII, intimamente ligado ao crédito e

no banco, componentes das novas racionalidades capitalistas e que florescem no jardim das fertilidades que o liberalismo triunfante projetou e o socialismo científico tentou corrigir. Entretanto, já depois da instauração do sufrágio universal, este patronato não será o único e não terá a mesma importância, no cenário emergente das forças políticas. Numericamente forte, de início, surge a categoria dos operários, diferente dos operários do Antigo Regime, o artesão. Com a revolução industrial, a coligação de empresas e uso das máquinas prenuncia-se uma nova classe, anunciando-se como proletariado contemporâneo. Um cenário de poder e uma arena onde se postulam o reconhecimento dos atores e das identidades sociais marcadas pelo conflito e clivagem de posições. Surge com muita força a demanda de coletivos políticos que repõem a questão dos direitos, das liberdades, de melhorias nas condições de vida, investindo sobretudo na representação político-parlamentar, mediante a criação de partidos políticos e a universalização do voto. Um desafio para a epistemologia e metodologia da história.

A barbárie tem um novo cenário. A barbárie se redefine no território da modernidade (ou pós?) entre os cidadãos de primeira categoria e os excluídos de fato. Busca-se um rosto, na violência do poder excludente que, cada dia mais se pretende anônima, para continuar impune. A identidade e o poder continuam na ordem do dia do fazer histórico. Como dirá Michael Pollak a memória passará a ser alvo de acirradas disputas⁶, confirmando o consórcio de cumplicidades históricas, o que espero estar corretamente demonstrado.

Os historiadores, a partir deste desafio, produzem uma história mergulhada nas contradições da vida social, econômica e política e não apenas na vida cultural. Há um clima de crítica e desencanto com a ideologia do progresso e com o desmoronamento do socialismo, a partir do que se prefigurava

⁶ Cf. Pollak, Michael. "Memória e Identidade Social" in Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Fundação Banco do Brasil, No. 10, 1992.

com as dissensões de vários grupos, dentro do campo socialista. Na década de 30 de nosso século funda-se a *Revista Annales*, sob a liderança de M. Bloch e L. Febvre, inaugurando o que se chamaria de *Nova História*, criticando o fato histórico, a *história-acontecimento*, a história política e buscando uma aproximação com as ciências sociais, especialmente a economia e a sociologia. Introduce-se a problematização no interior da construção historiográfica e se debruça sobre a história do presente, de modo particular sobre as diferentes esferas do poder.

É sabido que, no decurso deste século XX, no âmbito da história da ciência e do conhecimento existiu uma grave crise no pensamento contemporâneo e que é familiar ao profissional que atua na área da geração e transmissão dos saberes científicos, seja ele físico ou humanista, filosófico ou da ciência social. Trata-se da crise que afetou a ciência “clássica” e, em consequência, o idealismo filosófico e o historicismo. Como se sabe, a crise do paradigma clássico da filosofia da ciência, a partir da teoria da relatividade de Einstein, passou por uma profunda reavaliação epistemológica, onde o saber científico foi abalado em seus fundamentos teóricos e metodológicos. O desmoronamento da “ciência newtoniana” tem uma incidência irrefutável na teoria e metodologia da história, bem como nos objetos e práticas da pesquisa e ensino da história.

Em que consistiu esta desestabilização paradigmática? A relação newtoniana garantia que o observador científico possuía o conhecimento absoluto de uma realidade relativa. A partir da relatividade einsteiniana o saber passava a ser uma relação fundamentada num conhecimento relativo de uma realidade absoluta. Este questionamento da síntese newtoniana foi levado até às últimas consequências com a física quântica de Planck e o princípio do indeterminismo de Heisenberg. O penúltimo destes dois campos de conhecimento, sabe-se, afetou o paradigma clássico, desde Aristóteles, segundo o qual o microcosmo reproduzia o macrocosmo. Já na primeira metade deste século

observava-se a primeira das revisões epistemológicas, no terreno da filosofia da ciência, ao se questionar a universalidade do primado da indução, das leis científicas e do determinismo. Especialmente o pensamento de G. Bachelard e as investigações de K. Poper deixam entrever que o historicismo e o cientificismo eram abusos e extrapolações de um paradigma superado. As ciências sociais, então, caudatárias da engenharia social do positivismo do séc. XIX, sofrem a crise do desmoronamento do paradigma clássico, especialmente a sociologia, a antropologia e o marxismo de corte positivista. Reabre-se a questão crucial da objetividade e subjetividade do conhecimento científico. O subjetivismo extremado de Croce e Collingwood emerge como uma das conseqüências historicamente presentes e previsíveis neste vazio e nesta rearrumação epistemológicas. No plano filosófico, com a crítica ao realismo e ao idealismo, outro caminho não restava senão buscar a identidade do ser na própria construção histórica, distanciando-se, pois, daquilo que o aristotelismo tomista chamara de essência das coisas e o idealismo a construção da idéia, bem como das insuficiências da chamada “*história historicizante*”. É a emergência do existencialismo heideggeriano e sartreano. O historicismo, nas suas diferentes versões, a saber, o filosófico atrelado à filosofia racionalista, o alemão e o cientificista, sofrerá a sua crítica mais contundente vinda de K. Poper⁷ e de Nietzsche. Negam estes autores aceitar a explicação dos fenômenos sociais pela sua evolução. Resultado desta rearrumação no plano epistemológico e metodológico, repõe-se a questão da possibilidade da objetividade e dos diferentes níveis de observação. Postula-se uma reconsideração da subjetividade e uma revalorização de percepções “estéticas”, “intuitivas” e “mágicas” que haviam sido refutadas pelo cientificismo oitocentista. A história/ciência, instrumento de controle identitário e legitimador de poder da

burguesia através do seu projeto liberal ⁸ falhara como instrumento de previsão. As pedras que lhe são endereçadas vêm de várias mãos. A primeira delas é do chamado estruturalismo keynesiano que rechaça os princípios da escola histórica e declara que os fenômenos econômicos do capitalismo são visíveis e explicáveis por si próprios, abstraindo as condições de tempo e lugar. A segunda vem do estruturalismo de L. Strauss, buscando nas sociedades primitivas aquilo que não sofria alteração, que era permanente e, portanto, a-histórico. A terceira mão foi a École des Annales, criticando o positivismo de Seignobos e Langlois e, até mesmo, a postura *soft* de marxistas como P. Vilar e E. Thompson. A partir desse momento a produção historiográfica adotará posturas que vai da diacronia à sincronia, da curta à longa duração, dos materiais visíveis àqueles menos visíveis: representações, discursos, o inconsciente etc... Aí encontra lugar a interdisciplinaridade: psicologia, geografia, estatística, economia, sociologia, antropologia, linguística etc.

Entretanto, a interdisciplinaridade nem sempre forneceu o melhor método para a escrita e análises da história. Depois do acontecimento da École des Annales, principalmente a partir da Nova História, houve uma reviravolta que abalou os modelos de compreensão e princípios de inteligibilidade da análise da história. A primeira foi uma separação radical entre o objeto de conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores. Isto em reação ao paradigma do estruturalismo que se propunha identificar estruturas e relações que, como vimos anteriormente, subsistiriam independentemente das percepções e das intenções dos indivíduos. Segundo R. Chartier, e nisto ele faz sua crítica, seriam estas estruturas que comandariam os mecanismos econômicos, organizariam as

⁸ O que significa dizer: a história política dedicada ao Estado, à diplomacia, aos grandes vultos, guerras e tratados.

relações sociais e engendrariam os discursos.⁹ A segunda reviravolta que abalou as certezas dos historiadores foi o questionamento das técnicas estatísticas, mediante as quais quantificavam-se os fenômenos, construía-se séries e, mediante o uso da matemática, passava-se a estabelecer leis. Graças a este estruturalismo e “galileanismo”, segundo expressão de Carlo Ginzburgo, a história havia se aproximado daquilo que era a engenharia social durkheimiana e, através dela, encarregava-se de identificar estruturas, regularidades e relações gerais. Percebe-se que este tipo de história estava muito distanciada da diversidade dos objetos, dos territórios e dos costumes, como de resto de muitas das ciências sociais.

Mais recentemente, seguindo a redefinição em certos campos da antropologia, a história começou a se voltar para novas abordagens, onde se procura restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí, na opinião de R. Chartier, haver vários deslocamentos: das estruturas para as redes (influências de grupos, por ex.), dos sistemas para situações vividas, das normas coletivas para estratégias singulares, do instituído para o instituinte etc. Finalmente, deve-se dizer que hoje, “os objetos da história não são ou não serão mais as estruturas, as relações sociais e os mecanismos que as regulam, fora de qualquer controle subjetivo mas, sim, as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos. (...) O olhar do historiador se desviou das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação”¹⁰. A história se abriu para a dialética do possível. Passou a se ocupar da reconstituição dos processos dinâmicos, negociações, transações, trocas, conflitos etc., enfrentando o desafio da mobilidade, da instabilidade, da

⁹ Chartier, Roger. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jan-jun 1994.

¹⁰ Chartier, R., *op. cit.*, p.102.

imprevisibilidade, postos e vividos nas relações sociais de modo contraditório.

Em 1974 Peter Gay escreve um livro, onde busca a relação dinâmica entre história e estilo.¹¹ Este livro é importante porque sinaliza uma razão muito forte para situar a tendência na maneira de escrever história e que remete a compreensão do discurso histórico como uma narrativa, na acepção aristotélica que a concebe como *articulação de ações representadas num enredo*. Aqui é possível se resgatar questões como tempo espontâneo da consciência e caráter auto-explicativo da narração. Igualmente, a partir deste referencial, a narrativa histórica se aproximaria de todas as outras formas de narrativa, incluindo a literária. É o que Peter Gay tenta mostrar no seu livro citado, trabalhando autores, especialmente Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt.

Com os debates em torno das recentes interpretações do significado histórico da Revolução Francesa, pode-se concluir que, longe da história se distanciar de uma interface com as ciências sociais, cada dia mais ela tende a se afirmar como uma ciência social. No caso específico da Linguística, por exemplo, longe, igualmente, de postular a automaticidade da produção do sentido, além ou aquém das vontades individuais, enfatiza-se a liberdade do sujeito, as construções conceituais e até o estilo. A aproximação com a Literatura nos permite sintetizar uma tendência em expansão, atualmente, como prática teórica e metodológica na História. Trata-se de trabalhar a tensão entre as capacidades inventiva dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam mais ou menos fortemente o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. Cabe à história, neste sentido, reconhecer como os atores sociais investem em termos de produção de sentido em suas práticas e discursos. Cabe, pois, trabalhar as representações

¹¹ Gay, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

dadas. Nenhum historiador poderá fazer isto sozinho, como demiurgo do continente Clio.

Temos, portanto, no caso do Brasil, instrumentos teóricos e metodológicos capazes de agilizar esta difícil tarefa de responder quem somos e o que queremos, afrontando a moderna e atualíssima forma de barbárie que é a exclusão social. A esperança, enfim, de que a história nos ajude na luta pela afirmação da identidade e pela autonomia de cada um e de todos nós, como sujeitos de direito e de desejo.